

SILDIA DE LIMA SOUZA

**AS HORTALIÇAS DE ORIGENS BOLIVIANA OFERTADAS NAS FEIRAS LIVRES
DE CORUMBÁ: ASPECTOS TRANSFRONTEIRIÇOS.**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal,
como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre.

**Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, ordenamento
territorial e meio ambiente**

**Orientado: Dr. Marco Aurélio Machado de
Oliveira**

Corumbá - MS

ANO 2010

SILDIA DE LIMA SOUZA

**AS HORTALIÇAS DE ORIGENS BOLIVIANA OFERTADAS NAS FEIRAS LIVRES
DE CORUMBÁ: ASPECTOS TRANSFRONTEIRIÇOS.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Aprovada em ___/___/___, com conceito_____.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Dr. Sonia Regina Jurado
(Avaliador Interno)

Dr. Eduardo Gerson de Saboya Filho
(Avaliador externo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pai, criador do mundo e de todas as coisas, em quem acredito e confio plenamente.

Agradeço a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, por ter propiciado o Mestrado em Estudos Fronteiriços, e pela possibilidade de ter me integrado a primeira turma desse mestrado ao qual me sinto feliz e honrada.

Agradeço a minha família, pelo carinho, estímulo, dedicação e paciência com a qual me auxiliaram e incentivaram na busca de conhecimento como também pela participação decisiva no meu crescimento profissional.

Agradeço em especial ao meu orientador prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, pelos ensinamentos, pela atenção, confiança, incentivo, apoio, carinho e principalmente pelo extraordinário desempenho profissional, sem os quais esta pesquisa e a conclusão da mesma não seriam possíveis.

Agradeço ainda a todos aqueles que direta ou indiretamente tiveram participação nesta caminhada, seja através de palavras de incentivo, seja na realização das pesquisas, ou simplesmente pelos momentos compartilhados durante o avanço desta trajetória.

O Senhor é o meu pastor e nada me faltará.

RESUMO

A idéia central desta pesquisa é fornecer um conjunto de informações de caráter geral sobre a forma de cultivo, ou seja, os modos de produção das hortaliças produzidas em território boliviano e comercializadas nas feiras diárias ocorridas na cidade de Corumbá. Expor a trajetória dessas hortaliças, armazenamento e condições de transporte até os diversos pontos de venda, e principalmente o destino final das mesmas que em sua maioria é as feiras livres da cidade. Assim como também fornecer dados que permitam a comparação dos preços gastos nas aquisições das sementes, insumos e água dos produtos da horticultura boliviana. O valor e os custos finais das hortaliças na horta boliviana e o valor das mesmas quando se torna mercadoria na Brasil. Ao citarmos os usos de contaminantes químicos é para se fazer comparação com a horticultura orgânica praticada no Brasil, e não para estabelecermos limites que venham a qualificar ou desqualificar qualquer uma das propriedades citadas nesta pesquisa. Esta competência é de responsabilidade do Ministério da Saúde através da Vigilância Sanitária.

Palavras Chaves: Fronteira; Hortaliças; Comercio.

RESUMÉN

La idea central de esta investigación es proporcionar un conjunto de información básica sobre el cultivo, es decir, los modos de producción de hortalizas producidas en Bolivia y negocia diariamente en los mercados de la ciudad de Corumbá. La exposición de la trayectoria de estos vegetales, las condiciones de almacenamiento y transporte a los puntos de venta diferentes, y en especial el destino final de esos que en su mayoría son los mercados libres de la ciudad. Así como proporcionar información que permita una comparación de precios en los costes de adquisición de semillas, suministro de agua y los productos de la horticultura Bolivia. El valor y el coste final de las verduras en el jardín de Bolivia y el valor de los mismos cuando se hace de los productos básicos en Brasil. Cuando se habla de los usos de los contaminantes químicos es hacer frente a la horticultura orgánica se practica en Brasil, no establecer límites que calificar o descalificar a ninguna de las características citadas en esta investigación. Esta competencia es la responsabilidad del Ministerio de Salud a través de la Vigilancia de la Salud.

Palabras Claves: Frontera; Hortaliças; Comercio.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1. Localização da área de estudo-----	11
Figura 2. Localização da área de estudo-----	19
Figura 3. Fungicida Dithane* NT ¹ -----	23
Figura 4. Inseticida Cypadur-----	24
Figura 5. Utensílios usados nas hortas para a aplicação dos produtos na Bolívia-----	26
Figura 6. Local de preparação dos produtos-----	26
Figura 7. O mesmo local utilizado para os afazeres doméstico-----	27
Figura 8. Sistema de produção boliviano-----	28
Figura 9. Localização das hortas nos dois países Brasil e Bolívia-----	29
Figura 10. Horta em Puerto Suarez, Bolívia-----	31
Figura 11. Inseticidas e fertilizantes mais usados nas hortas visitadas na Bolívia---	34

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Custo das sementes utilizadas na produção de hortaliças em Puerto Suarez. Procedência: Santa Cruz de La Sierra-----	31
Tabela 2. Sementes compradas em Corumbá. Preço praticado em maio de 2009-----	32
Tabela 3. Sementes compradas em Corumbá. Preço praticado em janeiro de 2010-----	33
Tabela 4. Comparação de preço das sementes nos dois países-----	34
Tabela 5. Valor aproximado entre R\$ e Bo\$ no dia 03 de novembro de 2009-----	35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO-----	7
1.1. Fronteiras, limites geográficos e territorialidade-----	9
1.2. Mato Grosso do Sul e a Fronteira Oeste-----	11
1.3. Os dois municípios bolivianos envolvidos na pesquisa: Puerto Suarez Puerto Quijarro-----	15
1.4. Fronteira e comércio: o legal e o ilegal -----	16
2. A HORTICULTURA NA BOLÍVIA: DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO-----	19
2.1. Breves considerações sobre os trabalhos de campo-----	19
2.2. A água e o sistema de produção.-----	21
2.3. Agrotóxicos.-----	23
2.4. O preço da mercadoria-----	28
2.5 Preços, custos e trajetórias das hortaliças-----	33
3. A HORTICULTURA COMO ELEMENTO DE INTEGRAÇÃO: NOVAS POSSIBILIDADES-----	37
3.1 Um programa de governo, um projeto de pesquisa e uma história de mudança na alimentação-----	37
3.2 O Projeto poderia ser reproduzido em escala fronteiriça?-----	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	45
APÊNDICE-----	48

1. INTRODUÇÃO

Estudar fronteira, um território que cria e reproduz diversas complexidades inerentes às questões nacionais, internacionais e locais, é um desafio. Ainda, comporta variadas convivências de grupos de imigrantes, impulsionados por diferentes motivos, em momentos históricos particulares, com interesses também particulares. Esse ambiente, que tem como marca indelével o comércio, registrador incansável de complexidades outras, é por essência mágico, em especial, quando o assunto relacionado a ele é a alimentação. Como elemento ainda mais instigante, a opção pelo trabalho foi pela fronteira entre Brasil e Bolívia em Mato Grosso do Sul, envolvendo as cidades de Corumbá e Ladário, do lado brasileiro, e Puerto Suarez e Puerto Quijarro, do lado boliviano.

O desenvolvimento das pesquisas se deu seguindo um roteiro previamente estabelecido, mas com espaços para o inusitado, ou o real. Neste sentido, foi importante, primeiramente, estabelecer o contato com os produtores bolivianos, uma vez que sem o consentimento deles, portanto sem sua confiança, esta Dissertação não teria qualquer possibilidade de ser executada. Com relação a este contato inicial, posso afirmar que foi um dos momentos mais ricos da pesquisa, embora pouco apareça no texto final, uma vez que não era nosso objetivo dar ênfase às entrevistas. Mas, acreditamos que pesquisas futuras sobre a etnografia desses produtores, de origens das mais variadas, com expectativas sobre a fronteira bastante semelhante, possam trazer à tona questões importantes que possam colaborar para melhor entendê-los, portanto aceitá-los.

Observando as hortas nas cidades bolivianas é muito imediata a percepção de um estágio de precariedade em que elas se encontram, desde a manipulação da terra, até a comercialização, estágio de intensa exploração do trabalho, por parte de brasileiros. Para o entendimento do senso comum, a produção de hortaliças nas cidades bolivianas em estudo é precária por uma única razão: cultural. Esta inclinação busca se sustentar em hábitos seculares, portanto intrínseco a eles. Discordamos destes fatos, e esperamos que nesta Dissertação estivéssemos colaborando para desmontar tais preconceitos, inibidores de aproximações entre os povos.

Para tentar dar conta desta tarefa, esta Dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro lançamos discussões sobre as fronteiras, no seu sentido polissêmico, buscando encontrar referenciais teóricos que nos sustentassem na jornada desta pesquisa. Ainda neste

capítulo, buscamos levantar as discussões sobre a fronteira em estudos, com preocupação permanente de estarmos coerentes com o referencial teórico selecionado. Sabemos das dificuldades em elaborar teorias sobre esta fronteira, portanto, o que buscamos foi um entendimento sobre ela, uma visão que delineasse uma opinião, ainda futura.

No segundo capítulo, temos, propriamente, a pesquisa de campo realizada nas hortas no município de Puerto Suarez e em seu Distrito de Paradero. Buscamos demonstrar as imensas dificuldades enfrentadas por aqueles produtores, como: abastecimento de água, manejos de agrotóxicos, condições de insalubridade, aquisição de sementes e, por fim, a manipulação do valor final de suas mercadorias. Com relação à venda de suas mercadorias para brasileiros, buscamos entender as relações de sujeição e de submissão aos valores pagos.

No terceiro capítulo, buscamos narrar uma experiência ocorrida em Corumbá e Ladário. Trata-se de um projeto de pesquisa e de extensão, desenvolvido e aplicado pela EMBRAPA-PANTANAL, nos anos de 2003 a 2005. Trouxemos a baila esta experiência por acreditar que ela possa servir de parâmetros para futuras ações de integração e de solidariedade com o povo vizinho, uma vez que seu teor central foi uma pedagogia da alimentação, desde a preparação da terra, do cultivo dos alimentos e maneira correta de comercializar, mas, permeada pela experiência comunitária, solidária e humanista. Tal como deveria ser o caminho de integração entre os povos.

1.1. FRONTEIRAS, LIMITES GEOGRÁFICOS E TERRITORIALIDADE

A palavra fronteira traz na sua definição diversos conceitos, nesta concepção destacaremos alguns, como formas de reflexão: definir fronteira não somente como fator geográfico e estatal, mas também, fronteira fator social. Iniciaremos com a origem da palavra de acordo com Nogueira (2005, apud COSTA, 2009), “a origem da palavra fronteira é “derivada do antigo latim ‘fronteria’ ou ‘frontaria’, e indicava inicialmente a parte do território situado “in fronte”, ou seja, nas margens, consignando, portanto uma qualidade e não uma entidade”. O autor listou três maneiras de se ver a fronteira: a) fronteira controlada, vista pelo estado e alimentada pelo controle de quem entra e de quem sai, pela vigilância civil e militar do território; b) fronteira percebida, própria da sociedade do interior, bastante motivada pela ideologia do Estado-Nação, de como ele percebe a fronteira; e, c) fronteira vivida, com significado para a sociedade que está na fronteira. Ainda em conformidade com Nogueira (2007, apud COSTA, 2009, 68), perceber a fronteira como vivida:

Significa captar a compreensão e o relacionamento que os habitantes deste lugar possuem com o mesmo. Incorporando esta condição particular ao seu cotidiano, vivenciando a condição fronteiriça nos seus mais variados aspectos: lazer, trabalho, contravenção, consumo, defesa, disputa, amor reconhecendo que o outro lado ‘tem outra lei’, pode afirmar que esta fronteira é capaz de refletir o grau de interação ou ruptura entre sociedades fronteiriças, merecendo, assim, o Estado Nacional ações derivadas daquele relacionamento.

Ainda segundo o mesmo autor, ao diferenciar a fronteira do limite:

“a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono”. “O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite”.

O limite internacional e a linha fronteiriça, portanto, não podem ser enquadrados como fronteira, conforme Laurim (2001, apud COSTA, 2009, p.69).

Trata-se de uma forma simbólica de indicar a posse de um dado território na superfície terrestre, seus limites, não sendo tangível nem observável, a não ser pelos marcos divisórios, mas existe, limitando o espaço onde o estado exerce soberania. O limite é uma linha, portanto não habitada, enquanto a fronteira ocupa uma franja constituindo uma área, uma zona, podendo ser habitadas, escassamente habitadas, densamente povoadas e desenvolver atividades de intercambio muito intensas.

Nesta mesma linha de pensamento, Segundo (MACHADO, 1998 p.42) a percepção é marcadamente importante para abordar este tema:

pois é ela que permite identificar e entender diversas fronteiras e limites, e os mais variados fluxos estabelecidos nas comunicações e nas formas de expressão. A fronteira, como já foi colocada, é faixa de contato, mas, é considerada também como limite de aproximação, dessa forma observa-se uma dualidade, pois, a fronteira ao mesmo tempo em que representa uma área de separação, apresenta-se também como perspectiva de contato entre povos.

Já o limite, segundo a mesma autora, “tem a conotação de separação de unidades soberanas permanecendo como um obstáculo fixo”. Daí a necessidade de estabelecer as diferenças entre as palavras limite e fronteira (MACHADO, 1998 p.42):

As diferenças são essenciais e necessárias para estabelecer a postura e, referenciar as formas de atuação. A fronteira esta orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). A palavra fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere, ou seja, o que esta na frente.

Tradicionalmente, fronteira é dita como limite legal é onde inicia e termina a linha-limite do Estado. Já os limites internacionais possuem um caráter especial por que representam o divisor entre países onde prevalecem suas maiores autoridades político e administrativo. Neste contexto a base de análise dessa região são as trocas comerciais e o fluxo de pessoas na faixa de fronteira delimitada para esse estudo, onde estão localizadas as cidades de Corumbá e a cidade de Ladário no estado de Mato Grosso do Sul no Brasil e as cidades de Puerto Quijarro e Puerto Soarez na Bolívia. A figura 01 ilustra a localização da área estudada.

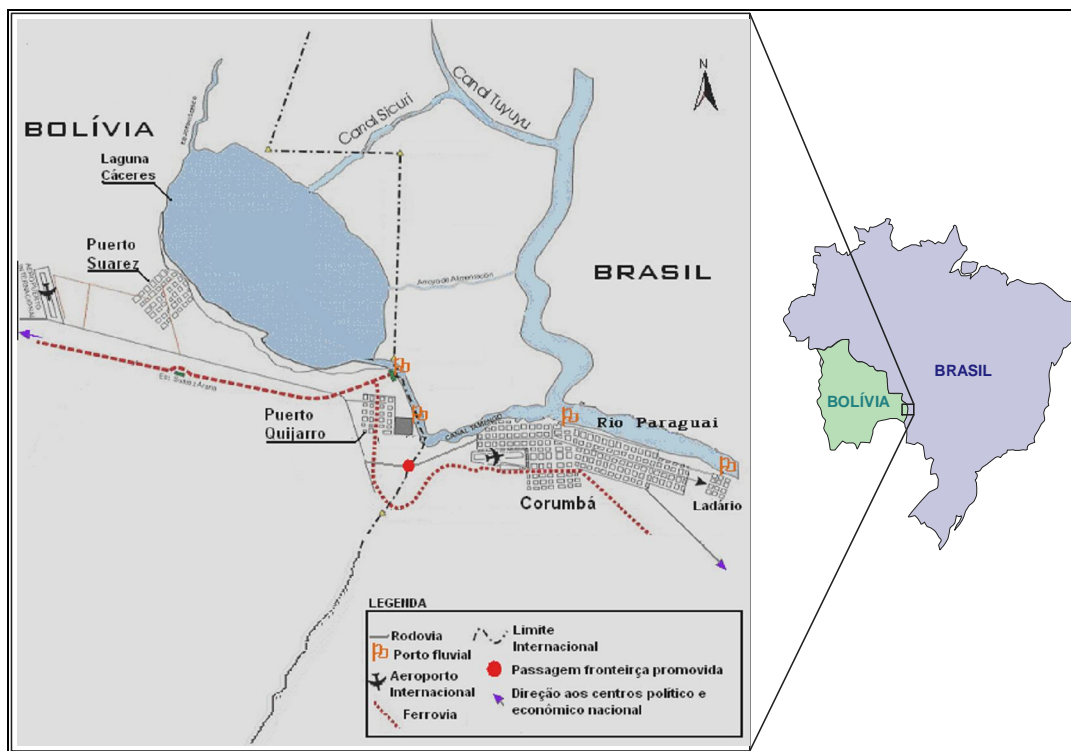


Figura nº 01 - Localização da área de estudo.

Fonte: Oliveira (2008)

1.2. Mato Grosso do Sul e a Fronteira Oeste

A fronteira que esta pesquisa investigou é carreada pela cidade de Corumbá, que está distante 425 km da capital do seu Estado e conta com uma população de 96.373 habitantes, sendo 90,1% residentes na área urbana, segundo a contagem da população no ano de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Corumbá, afirmamos que esta cidade é a principal naquela região de fronteira, por contar com melhor infraestrutura e melhor articulação com os grandes centros. É limítrofe, na sua porção ocidental, com as cidades bolivianas de Puerto Quijarro, com 12.903 habitantes, e Puerto Soarez com 20.103 habitantes respectivamente, cuja concentração urbana populacional é de 70.9%, segundo dados do Instituto Nacional de Estadística (INE, 2001).

A fundação de Corumbá, ocorrida em 1778, se deu, sobretudo, para garantir a posse do território e deter o avanço das forças espanholas. Seu estabelecimento se deveu por representar um ponto estratégico militar na ocupação do espaço nesta faixa de fronteira, e principalmente pela necessidade do controle da navegação no Rio Paraguai, que na época de sua fundação era o único meio de acesso a esta região (ITO, 2000). Dessa forma a cidade

fronteiriça desde sua fundação exerce importância hierárquica, sobretudo do ponto de vista militar e geográfico. Sua história relata importantes fases da sua atividade nesta região.

De acordo com Ito (2000), na história de Corumbá, três fatores distintos influenciam as suas atividades econômicas, sendo que dois deles são divididos pela Guerra com o Paraguai. Num primeiro momento destaca-se o apogeu do seu porto e a habilitação do mesmo através do Decreto Imperial, em 11 de abril de 1853. Isto representou o primeiro passo no seu desenvolvimento econômico assentadas ainda em bases coloniais, através do comércio pela navegação do Rio Paraguai, elo de comunicação das cidades da bacia platina e européias. A navegação foi interrompida devido a ocupação das tropas paraguaias em seu território em 3 de janeiro de 1865, voltando seu restabelecimento na navegação com a retomada de Corumbá em 13 de junho de 1867. Num segundo momento após aquela Guerra as atividades econômicas são influenciadas intensamente pelas cidades platinas. A partir daí Corumbá assume a posição de principal entreposto comercial da região através da navegação pela Bacia Platina.

Em sua segunda fase destaca-se a chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB) a Porto Esperança em 1914, quando se deu início à diminuição do movimento portuário. A importância da NOB, nessa fronteira aumentou muito a partir da ligação da estrada de ferro Corumbá - Santa Cruz de La Sierra, potencializada após o tratado de “Vinculação Ferroviária”, assinado em 1938, entre o governo brasileiro e boliviano, onde o Brasil se comprometeu a ajudar o governo boliviano a construir e pagar metade das despesas dessa construção. As obras foram concluídas em 1954. Desta forma integrando assim o oriente boliviano ao comércio brasileiro e estabelecendo intenso intercâmbio comercial, principalmente com o comércio corumbaense. Em outras palavras as ligações fronteiriças que Corumbá possuía foram deslocadas do eixo fluvial com o Paraguai para o ferroviário, com a Bolívia. Concomitante a este fato ocorre também a implantação da rede de transporte em Mato Grosso ligando-o a São Paulo, fazendo de Campo Grande o entroncamento da rede de transporte rodoviário tornando fator decisivo para o fim do sistema de transporte de cargas pela hidrovia.

A terceira fase caracteriza-se pelo declínio da importância da ferrovia em detrimento da construção BR-262, inaugurada em 1971. Há que se observar que Corumbá foi relegada a segundo plano na hierarquia urbana regional, com sua subordinação a Campo Grande, sobretudo, quando foi construída a rodovia que liga aquela cidade a Cuiabá, nos anos 1950 (OLIVEIRA NETO, 2005), o que a levou a se tornar capital de Mato Grosso do Sul, em 1979, quando da efetivação da divisão do antigo Mato Grosso. Essa divisão se deu pela Lei Complementar nº 31 em 11 de outubro de 1977, sendo que 11 (onze) deles estão localizados

na sua região sul e sudoeste e que constituem a zona de fronteira com o Paraguai e 1 (um) na região oeste (Corumbá) com a Bolívia. Segundo Ito, (2000) esta nova inversão nas relações corumbaenses produziu uma aproximação com a vizinha Bolívia, que, embora já tivesse sido iniciada nos anos 1950, como já vimos, foi a pós o declínio de sua importância em relação a Campo Grande e Cuiabá que isso se efetivou de maneira mais contundente:

De cidade polarizadora de toda a economia mato-grossense, Corumbá, passou a desempenhar papel de final de linha da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sendo sua função comercial reanimada devido a sua situação de fronteira com a Bolívia. Tornou se o maior corredor de exportação para aquele país. Inverteu se o fluxo. De “porta de entrada”, transformou se na “porta de saída”, isto é, de centro polarizador de todo o Estado subordinou-se a Campo Grande, na rede urbana, exercendo comando somente sobre Cáceres e Ladario. (ITO, p. 84).

Nota-se que na década de 1980 o número de exportadoras cresce rapidamente em Corumbá e são espalhadas pela região próxima à estação ferroviária e pela Rodovia Ramon Gomes, importante modal que dá acesso ao país vizinho. Vale ressaltar que esse crescimento se deu devido ao grande volume de cargas exportadas do Brasil para a Bolívia. É inaugurada uma nova fase no comércio corumbaense, com implantação das empresas de transporte rodoviário de cargas e passageiros, agora ligando também por terra todo o estado com a Bolívia. Ou seja, a rodovia, mesmo que em muitos trechos em estado precário, impôs aos outros modais, tão importantes em passagens pregressas em Corumbá, sua prevalência.

Ito, explica a ocorrência desse fato da seguinte forma:

A cidade que exercera o papel de irradiador econômico da região, através da navegação do rio Paraguai e dos seus afluentes, passou a ser um canal escoador de mercadorias para a Bolívia. Sua importância se modificou através do tempo em função de sua divisão regional e internacional do trabalho. Sua estrutura urbana reflete essas mudanças. (ITO, 2000, p. 84).

Esta aproximação construiu novos parâmetros para as atividades econômicas de Corumbá. Observamos que as transações internacionais em grande escala, facilmente verificadas nos entrepostos alfandegários, bem como as práticas mercantis, em menor escala, visíveis nas feiras da cidade, indicam a presença da Bolívia no cenário de importância da cidade. Na atualidade, o aumento de mercado consumidor de produtos brasileiros por parte da Bolívia tem trazido muitos benefícios para Corumbá e vice-versa, através desta fronteira ocorre o acesso ao oriente boliviano, seja através da ferrovia ou rodovia levando até a principal cidade boliviana, Santa Cruz de La Sierra. Com essa facilidade de transporte de

mercadorias e pessoas entre os dois países, principalmente entre essas cidades fronteiriças, estabeleceu-se um fluxo enorme de comerciantes e produtos, e também de consumidores, tornando suas dinâmicas, algo muito interessante a ser analisado.

Podemos entender essa fronteira como um sistema de redes interligadas umas as outras por cidades e por meio das redes de comunicação e transportes, pelas quais fluem pessoas, serviços, mercadorias, informações etc. Porém, não é suficiente apenas notar que os estudos sobre fluxos possam servir para melhor entender esta fronteira. Há que se destacar, por exemplo, o fato de ser a cidade com melhor infraestrutura, o que colabora decididamente para Corumbá a manter sua posição na hierarquia urbana entre os dois países nesta fronteira.

Outro fato, que servirá para compreender a complexidade trazida pelos estudos sobre os fluxos econômicos, é a inversão do fluxo, de “porta de saída” dos produtos brasileiros para a Bolívia, tornou-se Corumbá a “porta de entrada” para os produtos bolivianos, notável a partir do início dos anos 1980. Não só produtos oriundos da Bolívia, como também, produtos do mundo todo entram por essa fronteira para ser comercializados neste centro e nas outras cidades brasileiras. Esta “porta” serve também de “entrada” para os bolivianos que buscam trabalho e moradia do lado brasileiro, sendo que terminam por serem inseridos nos ramos do trabalho informal estabelecido nesta localidade. Observamos mascates, ambulantes e feirantes nas feiras livres, nas ruas centrais e periféricas da cidade que abrigam um grande número de bolivianos vendendo produtos trazidos da Bolívia e de outros centros.

Para tentar expandir a discussão sobre esta fronteira, temos que recorrer a Machado (2005), que insere o contingente populacional como fator determinante que pode “influenciar, ampliar ou reduzir” o nível de interação entre os dois territórios, como também “potencialidades econômicas e culturais e problemas exclusivos característicos e peculiares” a estas regiões. Segundo ela:

Por essa definição, devem possuir políticas públicas prioritárias que possibilitem efeitos diretos no desenvolvimento socioeconômico desses territórios. De qualquer forma, as complementaridades das trocas são características ímpares desses meios geográficos, o que implica no encorajamento de seu desenvolvimento e na possibilidade de uma sustentabilidade para uma nova divisão transfronteiriça de trabalho (MACHADO, 2005, p.42).

Devemos entender que, por tratarmos de assuntos transfronteiriços, de nada adiantaria nos retermos a principal cidade da fronteira em questão, se não forem compreendidas as outras cidades que compõem o cenário em estudo. Desta forma, Puerto Suarez e Puerto Quijarro, na Bolívia, embora com população e condições infraestruturais inferiores a Corumbá, possuem elos de dependência recíprocos com aquela cidade brasileira.

1.3. Os dois municípios bolivianos envolvidos na pesquisa: Puerto Suarez Puerto Quijarro.

O município de Puerto Suarez foi fundado em 10 de novembro de 1875 por Miguel Suarez Arana. Originando daí o nome desta seção. Está distante de sua capital, Santa Cruz de La Sierra 630 Km, e fica distante do município Brasileiro, Corumbá, em torno de 15Km. Esta seção municipal possui, à semelhança de Corumbá, possui infraestrutura modal bastante ampla, sendo composta pelo transporte terrestre que a liga a Corumbá e a Santa Cruz de La Sierra, pela estrada de Ferro Santa Cruz de La Sierra-Puerto-Suarez-Puerto-Quijarro-Corumb, além de possuir aeroporto internacional e navegabilidade através da Laguna Cáceres (MAX, 2008).

Atualmente, Puerto Suarez vive interessantes contextos econômicos: o projeto de implantação da termoelétrica de San Marcos, aproveitando o gás natural, via gasoduto Brasil-Bolívia que transpassa seu território e da reserva de madeira dos bosques chiquitanos, localizados em sua área rural; a expectativa de novos investimentos estrangeiros na região como a planta múmero-siderúrgica proposta para exploração mineral da reserva de Mutún, e seus possíveis desdobramentos na vida cotidiana (MAX, 2008).

Sua economia depende no momento do comércio e do turismo, umbilicalmente ligados, e da agricultura de subsistência. Tem em sua região parte do pantanal boliviano, com aproximadamente 35.000 km², situado entre as províncias de Ángel Sandóval e Germán Busch, fazendo desta região um local favorável ao desenvolvimento do turismo contemplativo. A regulação de águas é feita através da Laguna Cáceres e pelo Canal do Tamengo¹, sendo este vital para o escoamento de produção boliviana de commodities como a soja, e seu acesso à Bacia Platina, bem como sua inserção no comércio global pelas vias do Oceano Atlântico (MAX, 2008).

Puerto Quijarro foi fundada em 1940, não sendo possível até o término desta pesquisa ter acesso a documentos de sua criação para nominar seus fundadores, e elevada a Seção Municipal da Província de Germán Busch em 1992. Esta cidade é notória importância para o desenvolvimento das cidades bolivianas fronteiriças como também para o escoamento de sua produção através da ferrovia e dos portos localizados nesta seção. Possui uma indústria de cimento e uma importante infraestrutura ferroviária, principal meio de transporte de ligação à cidade de Santa Cruz de La Sierra (administrado pela empresa Ferroviária Oriental), além da

¹ Curso secundário de 10,5 km de extensão, dos quais 4 km são brasileiros e o restante 6,5 km é compartilhado entre a Bolívia e o Brasil.

rodovia que a liga até aquela capital, faltando poucos quilômetros para estar totalmente pavimentada. Conta, ainda, com uma infra-estrutura portuária, utilizada para a exportação de produtos que englobam a soja e seus derivados, madeira, açúcar e outros produtos semi-elaborados. Porém, uma de suas atividades que mais merece destaque é o comércio internacional desenvolvido em seus dois principais pólos, o Shopping Aguirre e a feira internacional, localizada próxima à linha limítrofe entre os dois países.

Seus dois portos comerciais, salientando que são privados, são Puerto Aguirre (estabelecido em 1988) e Puerto Gravetal (estabelecido em 1994) utilizam os 6,5 km do Canal do Tamengo para acessar o oceano Atlântico pela hidrovia Paraguai-Paraná (antiga aspiração da Bolívia), os que tornam legalmente portos da Comunidade Andina, o que permite exportar produtos dos países aderentes do Pacto Andino a custos extremamente competitivos, ainda que pese o quase monopólio da exploração dos serviços de conexão ferroviário-portuário naquela zona de fronteira. (MAX, 2008).

Notamos que tanto Puerto Quijarro como Puerto Suarez não possuem atividades agrícolas expressivas. O milho, o feijão e a mandioca configuram como os cultivos desenvolvidos nessas seções municipais, no sistema de subsistência. Além desses, a produção e a comercialização de hortaliças (folhas) constituem o principal meio de obtenção de renda pelos produtores, muitos deles urbanos. A maior parte dessa produção de hortaliças é comercializada principalmente nas feiras livres e supermercados na Cidade de Corumbá/Brasil.

1.4. Fronteira e comércio: o legal e o ilegal.

A importância das relações entre as cidades e o fluxo de pessoas que ocorrem numa região de fronteira não são as mesmas ocorridas no restante do território nacional. Segundo Machado, no campo das experiências transfronteiriças, as situações são, particularmente, muito diferentes ao longo do extenso limite internacional do Brasil, de dimensões continentais contando com 15.700km, “não só devido às diferenças geográficas, mas também ao tratamento diferenciado que recebem dos órgãos de Estado e ao tipo de relação estabelecida com os povos vizinhos” (MACHADO, 2005, p.107). Essas relações, no caso da fronteira em estudo, encontram amparo legal através dos acordos de “amizade” segundo o Tratado de Roboré, de 1958. Devemos ressaltar que o texto original deste documento perdeu em grande parte sua relevância com o passar dos anos e com as mudanças ocorridas nas dinâmicas e nas conjunturas políticas daquelas cidades fronteiriças.

Nesta fronteira o rigor da legalidade, diariamente, é subvertido. Moradores desta localidade não têm essa preocupação e fazem do comércio, principalmente, com o lado da Bolívia uma extensão do comércio corumbaense, até porque os produtos comercializados pelos bolivianos são diferentes dos produtos brasileiros e vem de diversas partes do planeta, além, óbvio, dos preços serem altamente atrativos. Da mesma forma, nota-se a presença de bolivianos comprando produtos brasileiros, o que se faz ajustar esta reciprocidade em relação a trocas econômicas nesta região.

Os brasileiros entram e saem no país vizinho o dia todo, compram pneus, roupas, e gêneros alimentícios. Os preços baixos praticados do outro lado é um dos maiores atrativos para os fronteiriços e têm favorecido as compras na Bolívia, principalmente com a queda do dólar e com o baixo valor da moeda boliviana, levando as famílias e até mesmos os comerciantes brasileiros a se beneficiarem disto. Produtos como perfumes, bolsas e bebidas atraem não só os turistas, mas também os moradores locais de todas as classes sociais pelo fato de terem livre acesso a esses produtos.

O mesmo acontece com os bolivianos que entram e saem diariamente de Corumbá. Eles fazem compras e levam para o outro lado, trazem produtos de todos os tipos e qualidades para vender diariamente nas feiras livres de Corumbá e também na Feira BRASBOL situada atrás do cemitério Santa Cruz, matriculam os filhos nas escolas, usam o hospital e os postos de saúde e vivem nas duas pátrias. Isto considerando que muitos deles possuem casas e migram diariamente entre um país e outro. Machado (2000) chama a estes fatos de tipicamente fronteiriço, é a vida “fronteiriça de vizinhanças recíproca”:

(...) este é o tipo relacionado com as trocas e fluxos cotidianos em busca de vantagens e diferenciais criados pela existência do limite internacional, ele é reversível e tem como origem e destino centros urbanos localizados na zona de fronteira onde são encontradas melhores condições de mercado de trabalho, saúde, educação, etc. Estes dois tipos de migrações demonstram o caráter tipicamente regional desse tipo de interação transfronteiriça, ligados as condições especiais da zona de fronteira enquanto espaço de contato e de trocas entre o Brasil e a Bolívia. (MACHADO, 2000, p. 42).

Esse vai e vem recíproco entre os dois territórios não só contribui como são indicativos da interação entre os dois países, e ainda demonstram uma integração regional relacionada às atividades existentes na zona de fronteira, onde o fronteiriço seja através do trabalho, do lazer ou de qualquer outro feito vive cotidianamente os dois “lados” da fronteira. “A fronteira passa a ser de caráter simbólico por excelência, e em nada impedem este processo de liberdade” (MACHADO, 2005 p. 42). Neste sentido, é lúcido afirmar que em se

tratando de lazer, Corumbá exerce força atrativa muito maior do que as cidades bolivianas, enquanto que no tocante ao trabalho e aos negócios, a reciprocidade está equilibradamente estabelecida.

Segundo Machado (2000), “o desafio ao conceito de lei territorial representado pela situação de fluidez imprevisibilidade nas faixas de fronteira, ocorre onde pouca lei e pouco respeito à lei desafiam os limites de cada estado”. O ambiente fronteiriço cria mecanismos de regulação de suas vidas, que por muitas vezes chocam-se com os aspectos legais de cada país que o compõe, como nos ensina Machado (2000, p. 13):

Esse processo de diluição dos limites nacionais se deve não só à multiplicação de redes trans-fronteira, mas também à competição entre diferentes sistemas de normas, induzida pelos próprios estados e por outras grandes organizações, legais e ilegais. Frente à essa instabilidade, a circulação informal, organizada em torno de relações de parentesco, amizade, e mesmo etnicidade, é reforçada em detrimento da circulação regulada pela lei.(MACHADO, 2000, p.03)

Desta forma, a fronteira entre os dois países, na localidade em questão, representa compartilhamentos de trocas comerciais entre os ambos os territórios, sejam elas legais ou ilegais. Assim sendo a fronteira hoje não representa mais, simplesmente, um limite territorial divisório entre os dois países e sim um espaço, ou palco de complexidades, onde acontecem fatores que impulsionam e retraem e favorecem e obstaculizam o desenvolvimento e as relações de trocas, com seus ganhos e perdas, característicos desta região. Estas relações são possíveis através de uma visão política altamente flexível e acordos regulamentados pelos dois países.

Em contraponto, a legalidade nesta fronteira em estudo pode ser ilustrada através do Documento Fronteiriço, emitido pela Polícia Federal. De acordo com este documento os trabalhadores bolivianos estão autorizados a, por exemplo, trabalhar nesta região. Este documento é pessoal e intransferível, de porte obrigatório e tem validade somente nesta faixa de fronteira. Embora não seja pontualmente objeto desta pesquisa, podemos especular que o Documento Fronteiriço explique a forte aparência de comerciantes bolivianos trabalhando nas feiras livres e nas ruas da cidade de Corumbá despreocupados com a questão da legalidade de suas presenças.

2. A HORTICULTURA NA BOLÍVIA: DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO.

2.1. Breves considerações sobre os trabalhos de campo.

Podemos afirmar que a fronteira aonde está localizada a cidade de Corumbá é possuidora de diferenças quando comparada às demais que compõem o estado de Mato Grosso do Sul. Diferentemente das cidades que estão nos limites com o Paraguai, esta cidade se entrelaça com os vizinhos bolivianos através de algumas réguas muito particulares. Primeiramente, existem alguns abtáculos institucionais que estão localizados exatamente no caminho que une ambos os países. A distância que separa o centro da cidade de Corumbá até a fronteira é de cerca de seis quilometros, e até a cidade de Puerto Suarez distam aproximadamente mais onze quilometroa, perfazendo um total de aproximadamente dezessete quilometros de distancia entre ambas cidades. Porém, do lado brasileiro existem: uma extensa área de propriedade do Exército Brasileiro, um posto fiscal da Receita Federal e uma instalação da Polícia Federal para tratar de assuntos ligados à imigração, além dos postos móveis de Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e da Força Nacional. Não há, nem fixo nem móvel, qualquer aparelho de fiscalização sanitária. A figura nº 02 mostra a localização da area estudada.

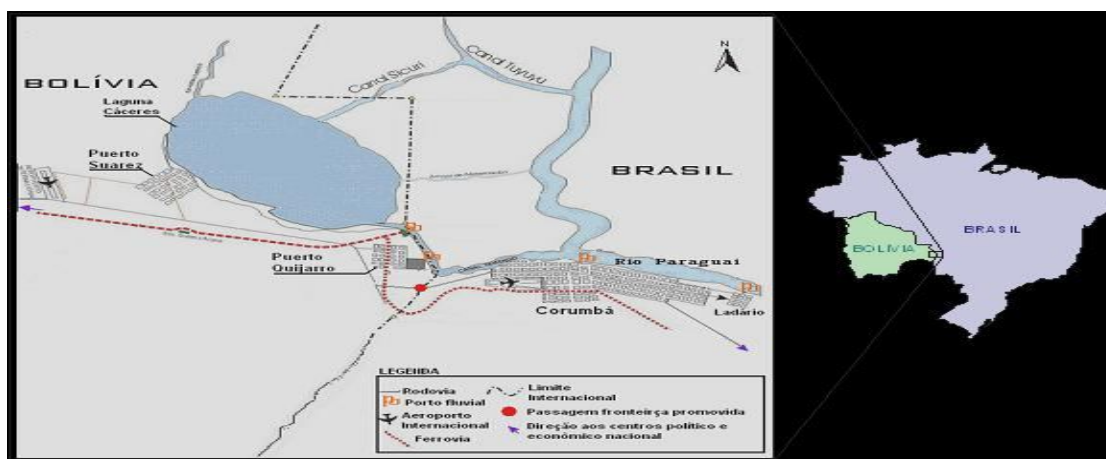


Figura nº 02 - Localização da área de estudo
Fonte: Oliveira (2008)

Como pode ser observado através da ilustração acima a proximidade entre as cidades dos dois países facilita o fluxo de pessoas e, por consequência as trocas comerciais entre ambos. Nela mostramos a faixa de fronteira delimitada para esse estudo.

A pesquisa sobre a produção boliviana começou a ser desenvolvida no território boliviano no dia 08 de fevereiro de 2009, com o intuito de coletar dados primários dos locais onde se desenvolve a agricultura urbana boliviana e também adquirir consentimento junto aos produtores para a aplicação de questionários, entrevistas, visitas e documentar através de fotos a produção e a comercialização das hortaliças. Esse reconhecimento foi feito através de indagações dentre moradores da cidade de Puerto Suarez sobre o local onde estão implantadas as hortas nesta cidade. Ao chegar ao local, na Avenida Costanera, encontramos 04 (quatro) hortas que poderíamos classificar como de grande porte, devido ao tamanho da área plantada e da diversidade de hortaliças produzidas, em todas as quatro os produtos são destinados ao comércio corumbaense. Ao explicar o que a pesquisa estava buscando em seu território, os horticultores de Puerto Suarez não só consentiram todos os procedimentos como também foram solícitos em atender as indagações e explicar as formas de cultivo da horticultura boliviana.

Já no Distrito de Paradeiro, as três hortas com potencial comercial, a recepção foi um pouco diferente em uma delas, a maior, que fica na margem da rodovia que dá acesso a Puerto Suarez, bem próxima ao posto de combustível daquele distrito, quando explicado o objetivo da pesquisa, fomos convidados a voltar outro dia, ao regressarmos foi alegado pelo empregado da propriedade que o dono não se encontrava e que também não permitia visitas para esse fim e também não nos foi permitido fotografar de perto a produção, o que não impediu de fotografar de longe, de cima da estrutura de metal que margeia a estrada. As duas hortas restantes, uma fica dentro das terras de uma fazenda periurbana e a outra de menor porte nas proximidades da estação ferroviária. A horta da fazenda não foi fotografada devido a intensidade das chuvas ocorridas neste período (fevereiro de 2009), e também do difícil acesso nessa época do ano. Foi feita somente uma visita ao local e uma entrevista com a proprietária da fazenda que forneceu todas as informações sobre o cultivo e a produção das hortaliças em sua propriedade, inclusive convocando o responsável pela produção para responder ao questionário. A terceira horta visitada também não foi encontrado o horticultor na primeira visita. O acesso ao local nos foi dado por um vizinho que vive aproximadamente a cem metros de distância da horta, e também fomos convidados a voltar em outra ocasião com a promessa desse senhor, que se não encontrássemos o horticultor ele mesmo, o vizinho, pediria consentimento ao mesmo e nos levaria a fotografar a horta. Fato ocorrido uma semana depois.

Na segunda visita ao país vizinho, ocorreu assim como a primeira, num sábado, este dia da semana foi o escolhido pelos horticultores de Puerto Suarez para se ter mais tempo e liberdade de conversar e encontrar todos os membros da família reunidos.

Nessa visita foram aplicados os questionários, além do registro, através de fotos, das formas de cultivo e produção das hortaliças em território boliviano e, concomitante, buscou se através de entrevistas com as pessoas envolvidas nesse processo informações sobre a idade das mesmas, grau de escolaridade, tipo de moradia, nº de pessoas envolvidas na produção e nº de moradores dentro das propriedades.

A história desta fronteira aponta para a intensificação de suas proximidades a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980 (OLIVEIRA, 1998). Isso foi perceptível durante as entrevistas, quando foi constatado que, de acordo com os produtores, a atividade de horticultura urbana boliviana teve início há aproximadamente três décadas, período próximo aquele mencionado. Constatou-se, também, que em todos esses anos de trabalho na produção de hortaliças, várias foram as dificuldades apontadas pelos donos ou plantadores das hortas. A falta de informações e de incentivos através de políticas agrícolas destinadas a este fim por parte dos governantes foram as principais críticas feitas pelos horticultores. Quanto às dificuldades no dia-a-dia, a principal delas é a escassez de água em certas épocas do ano, principalmente no verão. O sol forte queima as hortaliças e seca a terra rapidamente; o calor é intenso e são necessários maiores cuidados, como a colocação de sombrites. Desta forma, a irrigação dos canteiros é feita no mínimo duas vezes por dia conforme a variação de temperatura local e a disponibilidade de água. Outro problema apontado pelos produtores foi o fato de não terem conhecimento técnico adequado na produção de hortaliças. Segundo o Sr. Porfírio Conrado, proprietário da maior horta situada na Avenida Costaneira no Bairro Los Angeles em Puerto Suarez, durante a segunda visita feita ao local de produção, na sua propriedade, onde estavam reunidos os horticultores das outras três hortas vizinhas, todos foram unânimes em informar que falta crédito para comprar maquinário, que não existe incentivo do governo para melhorar a agricultura, é empregada toda a mão-de-obra familiar e a produção é toda artesanal.

2.2. A água e o sistema de produção.

Assim como a cidade de Corumbá, as cidades vizinhas bolivianas têm o Rio Paraguai como principal fonte de abastecimento. Margeando todo o perímetro norte dessas cidades possui como única diferença o local da captação. Em Corumbá essa captação é feita diretamente das águas do rio Paraguai. Em Quijarro e Puerto Suarez a maior parte da água utilizada para consumo e produção é retirada do Canal do Tamengo, importante manancial que liga a Lagoa de Cáceres ao rio Paraguai, sendo esta a fonte de recurso hídrico boliviano mais importante desta região de fronteira

Além do canal do Tamengo, as cidades de Quijarro e Puerto Suarez possuem alguns córregos e poços semi Artesianos de onde também retiram água com o sistema de bombeamento para o consumo e produção. Em Puerto Quijarro durante as pesquisa foi constatado que boa parte da água utilizada e retirada deste tipo de poço é distribuída para a população dos dois municípios. A distribuição é alternada devido à demanda. Em um certo período do dia a água é do poço e em outro período a água é distribuída pelo sistema de captação existente ao lado da estrada carreteira próximo a estrada de terra que dá acesso ao morro de terra vermelha chamado pelos bolivianos de “Cerrito Colorado” localizado entre Puerto Quijarro e Puerto Suarez. Sem esquecer-se de mencionar que a água dos poços é Salobra. Isto significa que uma parte do dia a população é servida de água salobra e outra parte do dia de água doce. Pela manhã água doce a tarde água salobra. Este fato foi constatado durante as visitas aquele país quando das pesquisas. Atualmente não foi precisado se houve mudanças ou alternâncias nos horários de distribuição.

Nas hortas visitadas, uma utiliza água de córrego, a que fica dentro da fazenda no distrito de Paradeiro, outra dentro do mesmo distrito utiliza água de poço. As que utilizam água de poço a bomba é ligada uma vez por dia para encher as caixas d águas e depois utilizarem na irrigação. Nos sistemas já mencionados a água corre por dentro das mangueiras por gravidade. Já os de Puerto Suarez utilizam água que vem do sistema de captação e é distribuída nos canteiros através de rústicos sistemas de irrigação feita também por mangueiras. Segundo os produtores para uma boa colheita deve ser feito a rega das culturas duas vezes por dia em dias seco. Na época das chuvas dependendo da quantidade das mesmas não se faz rega, ou se fizer não pode ser demorada, somente uma vez no dia e por poucos minutos; já no verão, em dias mais quente e seco leva mais tempo, pelo fato de a terra estar seca, ocasião em que se gasta mais água e a produção se torna menor.. Nessa época do ano a

dependência da água torna maior daí o encarecimento dos preços das hortaliças bolivianas. Em nenhuma das hortas a rega é controlada, cada produtor rega a sua maneira. Ou seja, a quantidade que cada um achar que é suficiente para uma boa produção ou por experiência própria em agricultura, fato narrado pelos produtores.

2.3. Agrotóxicos.

A utilização de sistemas de defesa da produção através, principalmente de agrotóxicos não é, propriamente, uma novidade nas horticulturas em geral.



Figura nº 03 – Fungicida Dithane* 80 NT¹
Fonte: Souza 2009

Quanto ao uso e aplicação dos fungicidas/inseticidas nas hortas, os produtores alegaram não saberem o grau de toxicidade dos mesmos e nem dos perigos que estes produtos podem acarretar para ele e sua família assim como também para o meio ambiente. Ao ser perguntado como é o procedimento na aplicação, foi relatado que eles seguem as instruções da embalagem, para o fungicida Dithane* 80 NT o pacote de 1 quilo de pó é diluído em 200 litros de água, o inseticida Cypadur um vidro de 500 ml é diluído em 500 litros de água e tanto um quanto o outro é colocado na bomba borrifadora alternadamente e aplicado nas

hortaliças, essa aplicação é feita com a bomba pendurada nas costas junto ao corpo do produto sem nenhuma proteção para o mesmo, não se usam luvas, botas ou protetor para o nariz e olhos dos mesmos, outro fato é que não se tem muita preocupação quanto à quantidade do produto a serem borrifados nas plantações. Ao ser perguntado quantas vezes os produtos foram usados nos canteiros, foi respondido que quantas vezes forem necessárias para melhorar e aumentar a produção. Quanto à toxicidade para seres humanos, os produtores alegaram que estes produtos não são mortais, que possuem grau médio de toxicidade e que estão acostumados a conviver com eles. Quanto ao meio ambiente o que se percebeu é que, assim como não sabem o perigo a médio e longo prazo no manuseio desses produtos para a sua saúde, eles também não sabem, não possuem informação se é ou não prejudicial para o ambiente. Dessa forma o uso é comum no meio deles e estes produtos ficam guardados dentro de suas residências, em pequenos sacos de pano pendurados a parede no mesmo local em que a família dorme. Na figura 03 e 04 o fungicida e o inseticida mais usado pelos horticultores bolivianos.



Figura nº 04 - Inseticida Cypadur
Fonte: Souza 2009

Quanto a esses fungicidas, de acordo com o fabricante, e descritos nas embalagens, possuem grau de toxicidade II. Conforme pesquisa seu uso é restrito no Brasil, utilizado

somente nas grandes plantações e com recomendações específicas. Seu uso indiscriminado, como é o caso do praticado na Bolívia, além de causar graves conseqüências e danos à saúde humana, pode afetar profundamente o meio ambiente, contaminando lençóis freáticos e mananciais, como também ameaçando espécies animais e vegetais.

No Brasil existe legislação que regula, ou proíbe o uso desses produtos, e obrigam o produtor a devolver as embalagens usadas, através de decretos e leis, criados para a proteção do meio ambiente e para a manutenção saúde humana. Lei N° 6.938, de 31 de agosto de 1981. (Da Política Nacional do Meio Ambiente).

Fica permitido somente o uso de agrotóxicos¹⁰ da Classe IV (pouco ou muito pouco tóxicos) faixa Verde; Nas propriedades, o agrotóxico e seus componentes e afins deverão ser armazenados em local adequado, evitando que eventuais acidentes, derrames ou vazamentos, possam comprometer o solo e cursos d'água superficial e subterrânea; Não é permitida aplicação de agrotóxico por aeronave; O proprietário deverá manter cópia da receita agrônômica, emitida por profissional legalmente habilitado, a disposição para fiscalização no local da aplicação; Todas as embalagens vazias deverão ser devolvidas aos estabelecimentos comerciais, onde foi adquiridos, devendo estes contar com local adequado para o recebimento e armazenamento das embalagens, até que sejam recolhidas pelas empresas responsáveis pela destinação final, conforme previsto em lei; A captação de água para diluição deste produto não poderá ser realizada diretamente nos corpos d'água; A lavagem dos equipamentos de aplicação dos agrotóxicos nos corpos d'água é proibida.

Por agrotóxicos entende-se como "os produtos e os componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas e também em ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento". O conceito de agrotóxico utilizado neste documento é o definido pela Lei Federal n° 7.802 de 11/07/89, regulamentada através do Decreto 98.816, no seu Artigo 2º, Inciso I.(Da Política Nacional do Meio Ambiente). Estes cuidados com o meio ambiente são praticados na Brasil, na Bolívia a legislação ainda é nova e pouco divulgada entre os horticultores. O uso desses produtos ocorre no país vizinho como acima descritos.

A figura 05 logo abaixo ilustra o enunciado acima. À direita a bomba intercostal usada na aplicação dos produtos e a caixa onde fica armazenada a água que serve para a diluição dos

fungicidas/inseticidas, como também para consumo humano e consumo dos animais. Essa água também é utilizada nos afazeres domésticos. A esquerda a banheira plástica verde onde são banhadas as crianças e onde são lavadas as roupas da família, um pouco mais a direita esta a caixa de sabão em pó, mais a frente um espécie de mesa rústica, dentro da lama formada pelo derrame d'água durante os afazeres domestico e o banho das crianças. No meio pasta a galinha e os pintinhos.



Figuras n° 05 Utensílios usados nas hortas para a aplicação dos produtos na Bolívia
Fontes: Souza (2009)



Figura 06 local de preparação dos produtos.
Fontes: Souza (2009)

Na figura 06, além dos objetos acima descritos, a esquerda deixa ver a embalagem vazia de xampu para cabelos, mais uma banheira plástica de cor azul e as mangueiras de irrigação utilizadas na produção.



Figura 07 o mesmo local utilizado para os afazeres doméstico.
Fontes: Souza (2009)

A figura nº07 mostra outra banheira à esquerda de cor amarela, um varal com peças de roupas da família, um pé de tangerina carregado de frutas e as panelas, uma dentro da outra esperando para ser lavadas e para novamente ser utilizadas na confecção dos alimentos. Ao fundo a esquerda observa se um monte de esterco de gado curtido e mais ao fundo percebe se a horta coberta em parte por sombrites.

Dentre as 07 hortas visitadas em Puerto Suarez e Paradeiro, esta foi a única que tinha esterco de gado sendo utilizado na confecção dos canteiros.

Quanto à confecção dos canteiros para o plantio das hortaliças foi relatado que primeiramente, as terras onde são plantadas as hortaliças são revolvidas e misturadas com esterco seco de gado, (chamado de abono de ganado) na proporção de sete carretilhadas (carrinho de mão), para um canteiro de terra. Em seguida é feita a confecção dos canteiros com aproximadamente, 50 metros de comprimento (largo) por um metro de largura (ancho), e entre 15 a 25 centímetros de altura dependendo do que vai ser plantado. Se folhosas, a altura fica em torno de 15 cm; se raízes como a cenoura e beterraba, em torno de 25 cm e 20 cm respectivamente. A figura nº 08 ilustra a confecção dos canteiros em território boliviano.



Figura 08 sistema de produção boliviano
Fonte: Souza (2009)

2.4. O preço da mercadoria.

Abdelmalek Sayad (1998), antropólogo argelino, em sua obra **A Imigração**, ressalta que as relações desiguais entre as nações determinam as formas como os povos migrantes e nativos estabelecerão suas convivências. Neste sentido, e considerando que se trata de uma pesquisa, que ainda não está concluída, em âmbito de Mestrado, iremos nos deter nas formas como o evidente desequilíbrio das forças políticas e econômicas que existem entre ambos os países determinam as trocas comerciais de produtos de origem boliviana na cidade de Corumbá.

Importante lembrar que a fronteira entre Brasil e Bolívia, no estado de Mato Grosso do Sul, envolve quatro cidades, sendo: Corumbá e Ladário, do lado brasileiro, e Puerto Soarez e Puerto Quijarro, do lado boliviano. E, uma de suas principais características é a existência de intensas trocas comerciais, sendo desde produtos importados de diversos países, até aqueles produzidos naquelas localidades. Neste aspecto, a produção de hortaliças ganha importante papel por abastecer o seu principal núcleo urbano, Corumbá. A figura 09 ilustra a localização das hortas nos dois países, Brasil e Bolívia e também a proximidade das hortas em território boliviano com uma importante manancial, Baía de Cáceres (Canal do Tamengo), que abastece a cidade de Puerto Suarez e pertence aos dois países.

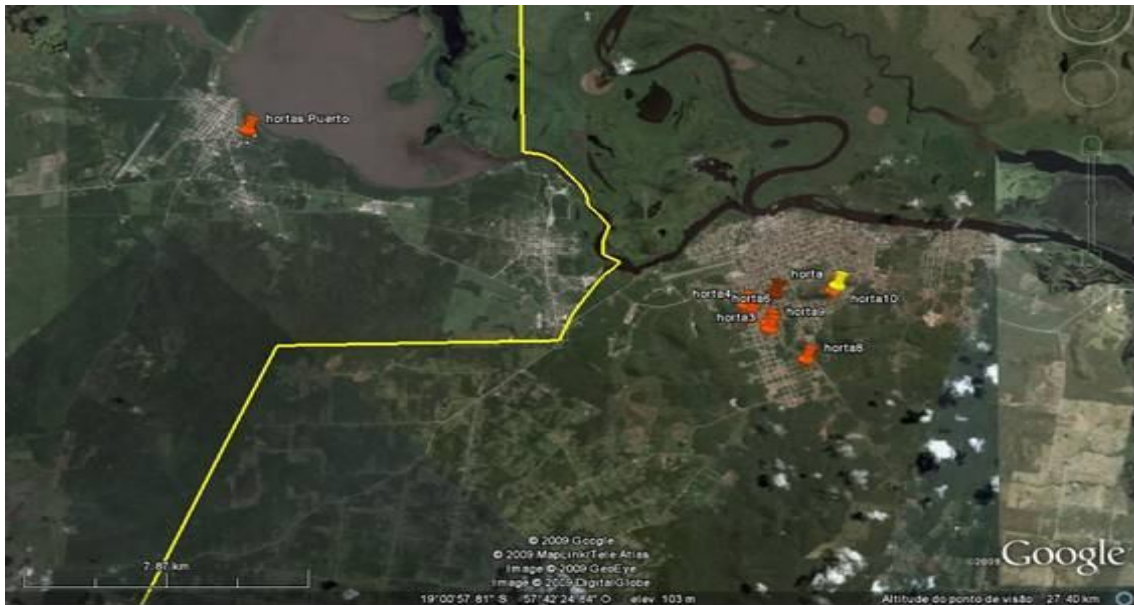


Figura nº 09 Puerto Suarez

Corumbá

Fonte Google Earth.

! linha divisória entre os dois países, Bolívia/Brasil

Para que possamos compreender melhor o problema da comercialização de hortaliças oriundas da Bolívia, inicialmente, temos que reconhecer que a produção de hortaliças na cidade de Corumbá, MS, ainda é pequena, e isso se deve a diversos fatores. Um deles é devido ao solo que apresentam limitações para o uso agrícola, outro é a falta de água na parte alta da cidade, onde se encontra a maior disponibilidade de áreas que podem ser utilizadas na implantação de hortas urbanas. Além desses fatores a cidade apresenta um clima quente em media 25° C anual. Portanto, somando-se os problemas do solo, a dificuldade de água e o clima, temos explicações para a pequena produção local, e os elevados custos. Diante das situações acima descritas, a solução para suprir a falta desses produtos na mesa dos consumidores é abastecer-se de produtos da horticultura urbana localizada nas cidades bolivianas vizinhas. A população corumbaense consome cerca de 90% de hortaliças vindas da cidade boliviana de Puerto Suarez e de Paradeiro, seu Distrito. Essas hortaliças são comercializadas em diversos pontos de venda, sendo o seu principal as feiras-livres diárias que ocorrem em todos os bairros da cidade.

Os modos operantes da produção boliviana foram investigados no local de produção e as informações foram conseguidas através da aplicação de questionários que englobou questões técnicas, como: principais espécies cultivadas, preços das sementes, preços das hortaliças vendidas na horta, praticas de adubação, irrigação do solo, uso de defensivos agrícolas, transporte para comercialização e destino final. A oportunidade de aplicação do

questionário permitiu, também, conversar informalmente com o produtor, citando as questões de interesse e anotar as repostas. Sete hortas foram visitadas no país vizinho (Bolívia), quatro em Puerto Suarez situadas na Avenida Costaneira, e três no distrito de Paradeiro. Os produtores bolivianos cultivam principalmente: Alface, Couve, Salsa, Cebolinha, Rúcula, Brócolis, Coentro, pimentão, espinafre e agrião. Desses produtos os mais consumidos e com mercado garantido na cidade de Corumbá são a alface, a couve, a rúcula, e os chamados “cheiro verde”, salsa e cebolinha.

A produção de hortaliças em Puerto Suarez se caracteriza por ser, em diversas de suas etapas, bastante precária em termos de higiene e de manejo. Tal fato se deve a existência de dois fatores muito importantes: o imprevisto e despreparo dos produtores, pessoas de origem muito humilde e de poucos conhecimentos técnicos aprimorados. Embora seja também uma constante em diversas hortas encontradas em Corumbá, no sítio que estudamos isso é evidente e reproduzido em todas as hortas que visitamos. Uma das possíveis explicações, talvez, esteja na inexistência de instituições na Bolívia que dêem suporte e auxílio técnico aos produtores urbanos desta natureza. As condições de cultivo são determinadas por alguns outros fatores como irrigação. Neste aspecto, na cidade de Puerto Suarez é feito totalmente por mangueiras, efetuadas de manhã e a tarde, porém sem nenhum controle de quantidade de água, o que ocasiona o aparecimento de fungos, trazendo prejuízos ao produtor. Essa irrigação é feita com água encanada que vem do sistema de tratamento que fica próximo a cidade. No distrito de Paradeiro a água utilizada vem de pequenos córregos e de poços localizados dentro das propriedades, ela é retirada através de bomba e fica armazenada dentro de caixas de água para posterior utilização. Na figura 10 temos a ilustração da produção boliviana na cidade de Puerto Suarez.

Quase a totalidade da produção tem como seu destino final a cidade de Corumbá. A comercialização das hortaliças é feita dentro das hortas ou em seu entorno. Dos sete produtores entrevistados em território boliviano somente um deles traz a produção para a feira em condução própria, os outros seis, tanto de Puerto Suarez como de Paradeiro, vendem a produção para terceiros. Todos os produtores entrevistados na Bolívia têm como única fonte de renda os produtos da horta.



Figura nº10 Horta em Puerto Suarez, Bolívia.
Fonte: Souza (2009)

Durante a realização de visitas ao local e de entrevistas com um dos produtores, constatamos que a produção por canteiro é de aproximadamente 1000 (mil) pés de alface ou couve, 2000 (dois mil) pés de cebolinha e salsa, em uma área de 100 metros de comprimento por 1.50 de largura. (quantidade aproximada por canteiro). Verificamos, também, a questão do custo da produção, e, neste sentido, pudemos observar as diferenças de valores pagos pelos produtores pelas sementes que eles utilizam em suas hortas. As tabelas nº 01 e 02 demonstram o valor das sementes praticados em cidades da Bolívia, com sementes procedentes de Santa Cruz de La Sierra e os praticados em Corumbá, com procedência das mais variadas no Brasil.

Tabela nº 01 – Custo das sementes utilizadas na produção de hortaliças em Puerto Suarez. Procedência: Santa Cruz de La Sierra.

Câmbio: Bo\$ 3,60 = R\$ 1,00 e Bo\$ 1,00= R\$ 0,27.

PRODUTO	PESO	VALOR
Alface	Lata com 250 g	Bo\$ 250.00
Salsa	Lata com 250 g	Bo\$ 250.00
Cebolinha	Lata com 250 g	Bo\$ 250.00
Pimentão	Lata com 250 g	Bo\$ 300.00
Rúcula	Lata com 250 g	Bo\$ 250.00
Couve	Lata com 250 g	Bo\$ 250.00

Coentro	Lata com 250 g	Bo\$ 250.00
Agrião	Lata com 250 g	Bo\$ 250.00
Espinafre	Lata com 250 g	Bo\$ 250.00
Brócolis	Lata com 250 g	Bo\$ 250.00

Fonte: Souza (2009)

Tabela 02 - Sementes compradas em Corumbá. Preço praticado em maio de 2009

Câmbio: Bo\$ 3,60 = R\$ 1,00 e Bo\$ 1,00= R\$ 0,27.

PRODUTO	PESO	VALOR
Alface	Envelope com 10gramas	R\$2.99
Salsa	Envelope com 10 gramas	R\$2.99
Cebolinha	Envelope com 5 gramas	R\$2.99
Pimentão	Envelope com 5 gramas	R\$2.99
Rúcula	Envelope com 10gramas	R\$2.99
Couve	Envelope com 10gramas	R\$2.99
Coentro	Envelope com 10gramas	R\$2.99
Agrião	Envelope com 5 gramas	R\$2.99
Espinafre	Envelope com 5 gramas	R\$2.99
Brócolis	Envelope com 5 gramas	R\$2.99

Fonte: Souza (2009)

Em todas as hortas visitadas nas cidades bolivianas, ao se perguntar de onde vêm as sementes, os produtores foram unânimes em dizer que a maior parte das sementes utilizadas nos cultivos de hortaliças vem da cidade boliviana Santa Cruz de La Sierra. Somente uma pequena parte é comprada na cidade de Corumbá, quando há demora na aquisição ou falta de produto nos mercados locais.

2.5 Preços, custos e trajetórias das hortaliças.

No Brasil os preços da semente muda de acordo com a época do ano. Por exemplo, na época das chuvas o preço da semente fica em torno de R\$ 1.00 mais barato devido ao pouco plantio nesta época. O produtor investe menos devido ao ciclo das águas, que através das enxurradas leva as sementes antes que estas germinem, ocasionando perdas e prejuízo para o produtor. Isso se reflete nos preços dos produtos nas feiras e nos supermercados.

A tabela 02 demonstra o custo das sementes utilizadas na produção de hortaliças nos meses mais secos do ano (maio a dezembro), enquanto a tabela 03 demonstra o custo das sementes utilizadas na produção de hortaliças nos meses mais chuvosos (janeiro a abril).

Tabela 03 - Sementes compradas em Corumbá. Preço praticado em janeiro de 2010

PRODUTO	PESO	VALOR
Alface	Envelope com 10gramas	R\$1.99
Salsa	Envelope com 10 gramas	R\$1.99
Cebolinha	Envelope com 5 gramas	R\$1.99
Pimentão	Envelope com 5 gramas	R\$1.99
Rúcula	Envelope com 10gramas	R\$1.99
Couve	Envelope com 10gramas	R\$1.99
Coentro	Envelope com 10gramas	R\$1.99
Agrião	Envelope com 5 gramas	R\$1.99
Espinafre	Envelope com 5 gramas	R\$1.99
Brócolis	Envelope com 5 gramas	R\$1.99

Fonte: Souza (2010)

Esses preços praticados nos supermercados estão sujeitos a variações conforme demonstrou a tabela acima. Valor R\$ 1.99 cada envelope de 05 e 10 gramas nos meses chuvosos, e valor de R\$2.99 cada envelope de 05 a 10 gramas nos meses mais secos. Outro fato que pode ser observado é o mesmo preço das sementes contidas nos envelopes. Todos têm o mesmo preço, mas não possuem o mesmo peso. Isto significa que os cultivos de alguns produtos são mais caro que outros, justificando assim a variação do preço final de cada produto.

Tabela 04 - Comparação de preço das sementes nos dois países

Preço pago por grama da semente no Brasil, envelope com 10 gramas	R\$ 0.29
Preço pago por grama da semente no Brasil, envelope com 5 gramas	R\$ 0.40

Preço pago por grama da semente na Bolívia	Bo\$ 1.00 ou R\$0.27
--	-------------------------

Fonte: Souza (2009)

Diferença de custo da semente entre o Brasil e a Bolívia é de R\$ 0.2 centavos de reais, mais caro no Brasil por grama em relação aos envelopes de 10 gramas, e de R\$ 13 centavos por grama em relação ao envelope de 05 gramas.

A diferença de preços das sementes praticados nos dois países é pequena, o que torna os produtos brasileiros supostamente mais caro é a prática da agricultura orgânica e o que torna os produtos bolivianos mais baratos é o uso de fertilizantes agrícolas que diminui o tempo entre o plantio e a colheita e aumenta a produtividade.

Os inseticidas e fertilizantes mais usados nas hortas bolivianas são o Dithane 80 NT* e o Cypadur conforme demonstra a figura nº 11.



Figura nº 11 inseticidas e fertilizantes mais usados nas hortas visitadas na Bolívia.
Fonte: Souza (2009)

As hortaliças advindas da Bolívia entram em território brasileiro através da Rodovia Ramón Gomes via fronteira ou através dos assentamentos que fazem fronteira com o território boliviano. Constatou se através das pesquisas que geralmente essas hortaliças são colhidas no entardecer que antecede a feira ou na madrugada das mesmas, dependendo da preferência e disposição do comprador. Na maioria das vezes, o comprador é o mesmo que vende nas feiras em barracas próprias ou, cumprindo a função de intermediário, fornece para outras barracas

dos feirantes bolivianos e brasileiros, e em diversos pontos na cidade de Corumbá. Depois de colhidas, as hortaliças são acondicionadas em sacos plásticos, caixa de madeira ou de papelão cobertas com panos e borrifadas com água para manter o produto com boa aparência para a comercialização. Em seguida, são transportadas em carrocerias de camionetas ou em porta malas dos carros.

Esse trajeto da horta na Bolívia até o ponto de venda em Corumbá, quando trazidas pela rodovia Ramon Gomez, principal via de ligação naquela fronteira, dura em torno de 20 a 30 minutos em média, sem nenhum tipo de fiscalização. Quando transportadas via assentamento Tamarineiro, outro meio de ligação entre os países, que torna o caminho mais longo e sujeito ao tempo, por não ser asfaltado, o trajeto dura em torno de uma hora ou mais dependendo das condições das estradas.

Outro fator que devemos ter claro para entender a reprodução das relações desiguais entre os países está no preço pago ao produtor e o praticado nas feiras livres. Ou seja, o valor da mercadoria é um dos pontos mais importantes para entender as discrepâncias existentes nas relações desiguais que estão estabelecidas naquela fronteira.

**Tabela nº 05 - Valor aproximado entre R\$ e Bo\$ no dia 03 de novembro de 2009.
Câmbio: R\$ 1.00 = Bo\$ 3.60 – Bo\$ 1.00 = R\$ 0.27**

PRODUTO	PESO	DIMENSÃO DO CANTEIRO	QUANTIDADE (EM PÉS OU CX.)	VALOR NA HORTA	VALOR NA FEIRA
Alface	0	100m comp. 1.1/2 largura	1000	B\$ 1.00 maço R\$ 0.27	R\$ 1.00 maço
Salsa	0	100m comp. 1.1/2 largura	2000	B\$ 5.00, vinte unidades R\$ 1.35	R\$ 1.00, cinco unidades maço
Cebolinha	0	100m comp. 1.1/2 largura	2000	B\$ 5.00, vinte unidades. R\$ 1.35	R\$ 1.00, cinco unidades maço
Pimentão*	0	100m comp. 1.1/2 largura	Caixa de 20 a 25 quilos	B\$ 50.00 a 60.00. R\$ 13.88 a R\$ 16.60	R\$ 1.00, três a cinco unidades

Rúcula	0	100m comp. 1.1/2 largura	2000	B\$ 1.00 maço R\$ 0.27	R\$ 1.00 maço
Couve	0	100m comp. 1.1/2 largura	1000	B\$ 1.00 maço R\$ 0.27	R\$ 1.50 maço
Coentro	0	100m comp. 1.1/2 largura	2000	B\$ 5.00 vinte unidades R\$ 1.38	R\$ 1.00 três unidades maço
Agrião	0	Sem medidas especificas	+ou- 1000	B\$ 1.00 R\$ 0.27	R\$ 1.50 maço
Espinafre	0	100m comp. 1.1/2 largura	1000	B\$ 1.00 R\$ 0.27	R\$ 1.50 maço
Brócolis	0	100m comp. 1.1/2 largura	1000	B\$ 1.00 R\$ 0.27	R\$ 1.50 unidade

Fonte: Souza (2009)

- As unidades tem variação de preço dependendo do tamanho do mesmo. Se for pequeno fica em torno de cinco unidades por R\$ 1.00 se for um pouco maior são três unidades por R\$ 1.00.

Parece-nos ser uma prática comum o encarecimento de produtos in natura quando os mesmo saem das hortas até chegarem ao destino final da comercialização. Contudo, entendemos que o que ocorre na fronteira Brasil – Bolívia em Mato Grosso do Sul é uma espécie de processo de depreciação do valor dos produtos devido a sua origem. Entretanto, isso ainda está no campo das hipóteses, pois necessitamos verificar com mais precisão a escala de valores praticados, principalmente, pelos intermediários entre os produtores em Puerto Soarez e os feirantes em Corumbá.

3. A HORTICULTURA COMO ELEMENTO DE INTEGRAÇÃO: NOVAS POSSIBILIDADES.

3.1 Um programa de governo, um projeto de pesquisa e uma história de mudança na alimentação.

Em 2001 foi dado o primeiro passo no combate a fome e a miséria no Brasil. Naquele ano foi criado o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, para financiar as ações que tinham como alvo famílias em situação de penúria. Composto por dotações orçamentárias e doações de pessoas físicas, jurídicas, nacionais ou estrangeiras, com gestão feita pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA), teve como objetivo exclusivo ações que revertesse esta grave situação. Em convocação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003 um movimento de solidariedade na luta contra a fome alastrou-se pelo país, e para atender este apelo foi criado o mutirão contra a fome incluindo ações imediatas e emergenciais para aliviar o sofrimento dos brasileiros que não tinham o que comer.

Orçado em 1,8 bilhões de reais para o exercício deste mesmo ano, esse valor foi utilizado para as atividades do Programa Fome Zero. Dentro desse programa, projetos e ações foram desenvolvidos implementados pelo estado, os municípios foram convocados a desenvolver políticas locais voltadas para esse fim. Para isso os municípios deveriam criar conselhos locais para tratar de questões específicas das regiões relacionadas à segurança alimentar e nutricional, incentivadas pelo governo federal. Dentro destas políticas estruturais, a implantação de ações que atacassem as causas da fome e da pobreza foi ação fundamental. O MESA incentivou e financiou as iniciativas de apoio à agricultura familiar e à produção para o consumo próprio, como hortas, plantas frutíferas e ervas medicinais cultivadas nos próprios quintais, além da criação de bancos de alimentos e de restaurantes populares, ações de modernização dos equipamentos de varejões, sacolões e compras comunitárias, dentre outra, para baratear a alimentação nas áreas urbanas. (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) (MESA).

Dentro deste contexto através de projeto desenvolvido (2003) pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Pantanal (Embrapa Pantanal), na cidade de Corumbá, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e seu Campus do Pantanal (CPAN), Associação dos Técnicos Agrícolas dos Assentamentos de Corumbá

(ATAAC), Secretaria Municipal de Educação de Corumbá (SMEC), Pastoral da Criança e Secretaria de Educação de Ladário, com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a coordenação dos Dr. Fernando Fleury Curado e Dr Alexandre Dinnys Roesse foi desenvolvido o projeto denominado: ***“Segurança Alimentar e Cidadania: a contribuição da agricultura urbana na saúde alimentar comunitária em Corumbá e Ladário-MS”***. Este programa tinha por objetivo a confecção de hortas com plantação de hortaliças, ervas medicinais e árvores frutíferas, em áreas urbanas ou no seu entorno, destinada a produção de cultivos para consumo próprio da família e como geração de renda através da comercialização em pequena escala dos excedentes.

Este tipo de agricultura difere das outras por ser realizada somente no ambiente urbano, seja ele centralizado ou periférico. A mesma pode ser praticada diretamente no solo em pequenos ou grandes espaços, aproveitando terrenos baldios ou qualquer outro espaço ocioso. Desta maneira, por ser habitual na cidade o uso desses terrenos como local de despejo de resíduos sólidos, mesmo aonde ocorrem as coletas regulares por parte de caminhões de lixo, esta agricultura cumpre em Corumbá uma outra importante função: evitar o acúmulo de lixo, entulho ou crescimento de ervas daninhas, como também o aparecimento de animais peçonhentos que colocam em risco a saúde da população. Pode ser aplicada também em canteiros suspensos feitos de garrafa Pet, em vasos, dentro de pneus, ou onde a criatividade sugerir.

Devido a imensas dificuldades ocasionadas pelo distanciamento dos centros produtores, o hábito alimentar em Corumbá passou a ter maior inserção de hortaliças e frutas num período muito mais recente, podendo ser pontuada a partir da inauguração da ponte sobre o Rio Paraguai, que proporcionou mais facilidades de locomoção. Anteriormente, eram comercializadas pelos bolivianos em feiras livres, sendo que eram, em sua imensa maioria, de origem chilena (OLIVEIRA, 1998). Tais condições proporcionaram mudanças na mesa do corumbaense, tornando o prato mais colorido e diversificado. E desta mudança aquele projeto da EMBRAPA e seus parceiros fez parte diretamente.

O projeto ofereceu acompanhamento técnico, como também recursos para os agricultores como: sementes, adubo orgânico, palha para a cobertura dos canteiros e ferramentas necessárias para a confecção das hortas urbanas. As hortaliças assim como as frutíferas seriam introduzidas na alimentação e as ervas medicinais resgatariam a medicina popular através da cura pelo seu manejo produzindo chás, unguentos, emplastros, etc. Contudo, um dos objetivos do projeto era de envolver o maior número possível da

comunidade, colaborando, inclusive, com os aprendizados corriqueiros nas escolas, fossem na área de química, biologia, matemática ou geografia. Assim, uma das propostas era de que estas atividades deveriam ser coletivas, nas escolas e nos bairros da cidade, onde seriam implantadas essas hortas, cumprindo assim os objetivos do projeto dentro do programa Fome Zero.

A equipe de execução do projeto foi composta por dez bolsistas CNPq, dentre eles sete técnicos agrícolas do Assentamento Taquaral, duas acadêmicas dos cursos de Geografia e de Matemática da UFMS, e com meu acompanhamento, supervisionado pelos coordenadores. Inicialmente, foram realizadas pesquisas bibliográficas nos acervos da EMBRAPA PANTANAL, visando não apenas as técnicas de produção, mas, sobretudo a compreensão dos efeitos desejados e das hortaliças, ervas medicinais e frutíferas que seriam plantadas nas hortas para atingir aquele objetivo. O projeto obteve tal grau de respeito que a Embrapa Pantanal destinou uma sala exclusivamente para o seu desenvolvimento e conclusão, o que levou dois anos.

Concomitantemente, foram sendo preparadas diversas modalidades de palestras. Ficou a cargo dos técnicos agrícolas a sistematização das informações sobre todo o sistema da confecção dos canteiros e produção das hortaliças. As palestras sobre as vantagens de uma alimentação através de hortaliças e frutas rica em vitaminas, sem aditivos químicos e praticamente sem custo para os participantes, esteve sob a responsabilidade das acadêmicas. Couberam a mim as palestras sobre Educação Ambiental e o resgate das plantas medicinais na saúde da população, como também acompanhar o desenvolvimento de todas as atividades de campo.

As palestras preparadas pelos bolsistas foram ministradas nas escolas municipais e estaduais como também em duas escolas particulares em Corumbá e Ladário. Da mesma maneira, foram realizadas em abrigos, creches e outros órgãos municipais e estaduais de ambas cidades. Durante as palestras foram distribuídos folders, confeccionados pela equipe, sobre os assuntos em pauta e apresentação de teatro de fantoche pelos bolsistas. Na oportunidade, enfatizava-se e incentivava-se a alimentação saudável através da ingestão de porções diárias de frutas, hortaliças e legumes, difundindo essa prática alimentar entre os participantes das palestras. O público alvo era bastante amplo, envolvendo crianças e adolescentes, professores, pajens, gestores, pais, ou seja, um leque do mais largo possível dentro da comunidade; sendo que havia a intenção de tornar esse público multiplicador das informações passadas de uma forma nova através, por exemplo, de teatro de fantoche.

A seguir começaram a ser implantadas as hortas em todos os órgãos que demonstraram interesse em praticar a agricultura urbana e orgânica. Inicialmente, foram trinta hortas, sendo vinte e oito entre escolas e outros órgãos interessados, como creches e asilos, uma de cunho comunitário, implantada no Bairro Generoso em um terreno cedido por uma empresária e sob a responsabilidade de algumas famílias que se interessaram e aderiu ao projeto, outra foi implantada na sede da Pastoral da Criança, no Bairro Aeroporto.

Durante dois anos esses trabalhos foram desenvolvidos nas cidades, os técnicos agrícolas e demais participantes do projeto implantaram as hortas e acompanharam o desenvolvimento das mesmas através das visitas de segunda a sexta-feira pela manhã. Havendo necessidade, como, por exemplo, um inesperado ataque de formigas, a equipe retornava ao local no período da tarde para detectar o problema e propor soluções que estivessem ao alcance dos mesmos.

Das trinta hortas implantadas no início do projeto, vinte delas não foi possível alcançar os objetivos, em função de diversos motivos, como: falta de água na parte alta da cidade e ausência de responsáveis para irrigação em finais de semana, feriados e períodos de férias. Portanto, dez tiveram êxito e perduraram até o final do projeto, que teve duração de dois anos, cumprindo assim os objetivos do Programa Fome Zero.

Queremos ressaltar o fato de que nos bairros da parte alta da cidade de Corumbá a falta de água foi um fator determinante para o insucesso. No verão, por exemplo, a água nesses bairros chega somente por algumas horas no período da manhã, e sabemos que nas hortaliças a irrigação deve ser feita pelo menos duas vezes ao dia. Portanto, a rega estava comprometida. Outro fator impeditivo para a plena aplicação do projeto e a obtenção de resultados positivos naquela região foi o solo calcário, com alto teor de acidez, ocasionando assim pouca produtividade.

No segundo ano do projeto começou a ser desenvolvida pelos bolsistas a Cartilha de Alimentação Alternativa, onde ensinava e incentivava o aproveitamento integral das hortaliças e frutas através do preparo de pratos saborosos e baratos onde os ingredientes principais eram os talos, as folhas, as cascas e as sementes dos produtos da horticultura urbana. Foram testadas em torno de cinquenta receitas entre pratos doces e salgados, bolos, geléias e sucos, todos aprovados em degustação oferecida pela equipe de bolsistas aos funcionários da Embrapa Pantanal na sede da referida empresa.

Ao término do projeto, essa Cartilha de Alimentação Alternativa foi apresentada em Brasília (2005), onde foram realizadas oficinas para o preparo dos pratos nela descritos. No encontro onde todas as empresas da Embrapa espalhadas no país apresentam o resultado de

suas pesquisas a cada dois anos de trabalho, este projeto se apresentou com notória visibilidade. Para participar da oficina cada inscrito deveria levar quinze quilos de alimentos não perecíveis. Todas as vagas foram esgotadas devido ao grande interesse demonstrado pelos donos de hotéis, restaurantes e bares de Brasília, assim como também por inúmeras donas de casa.

Ao término do projeto, os trabalhos com bolsistas e parceiros foram encerrados, ficando a cargo da Embrapa Pantanal a responsabilidade de dar continuidade ao mesmo.

Dessa forma, na cidade de Corumbá a agricultura urbana voltou a crescer e se desenvolver novamente com o apoio da Embrapa Pantanal. Atualmente a cidade conta com aproximadamente vinte hortas, todas assistidas por esse órgão em parceria com a Vigilância Sanitária do município. Todos os meses são reunidos os horticultores urbanos para relatarem suas experiências, assim como também suas dificuldades e receberem orientações técnicas e sanitárias dos referidos órgãos.

Os produtos da horticultura urbana produzida e acompanhada pelos órgãos acima descritos são comercializados na cidade de Corumbá e Ladário, de forma concorrente com os produtos da horticultura urbana boliviana, principalmente das cidades fronteiriças de Puerto Suarez e de seu distrito Paradero. Dois fatores definem o nível de consumo de hortaliças advindas da Bolívia, um deles é a proximidade entre as cidades fronteiriças, outro, e que consideramos o principal, é o preço final da mercadoria, de difícil concorrência. Esses fatos fazem com que os consumidores, ou seja, a população corumbaense adquira e consuma maior quantidade de produtos vindos das horticulturas bolivianas, sem, contudo se preocuparem quanto à forma de produção e higiene no manuseio das hortaliças produzidas naquele território.

Baseado nestes fatos gerou-se a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre as formas de produção e de cultivo das hortaliças produzidas em território boliviano, como também investigar se as mesmas possuem cuidados sanitários e ambientais na produção e se esses cuidados são próprios para consumo e para com o ambiente em seu entorno, como também verificar o perfil sócio econômico desses produtores, como forma de análise final dos dados coletados nesta pesquisa. Contudo, de pouco adiantaria realizar este estudos, efetuar os levantamentos da informações e construir uma idéia sobre este assunto, se não tivéssemos em mente a possibilidade de reconhecer a alimentação como fator de integração entre os povos.

3.2 O Projeto poderia ser reproduzido em escala fronteiriça?

As observações realizadas ao longo desta pesquisa demonstram a extrema urgência de ações dos poderes públicos no sentido de proporcionar efetivas correções nos modelos de plantio e comercializações de hortaliças nesta fronteira, em especial do seu lado boliviano. A experiência do projeto “*Segurança Alimentar e Cidadania: a contribuição da agricultura urbana na saúde alimentar comunitária em Corumbá e Ladário-MS*”, com o elevado grau de sucesso, demonstrou que é possível realizar ações coordenadas que visem corrigir distorções no manejo e no consumo de hortaliças. Contudo, algumas dificuldades precisam ser superadas, e, neste sentido, apontamos três das mais importantes.

Primeira, de ordem institucional. É sabida a dificuldade em trabalhar com os agentes das instituições bolivianas. Por exemplo, sucessivas tentativas de implantar o Comitê de Fronteira, que pode ser um importante instrumento para resolver os problemas abordados nesta Dissertação, desde o ano de 2009, têm esbarrado na ausência de ações coordenadas entre as diversas instituições bolivianas. Para que um projeto desta natureza fosse implantado naquelas cidades bolivianas, demandaria uma articulação entre tantas instituições daquele país que inviabilizaria seus resultados.

Segunda, de ordem política. A Prefeitura Municipal de Corumbá (PMC) poderia assumir papel de destaque se tivesse efetiva participação na fiscalização da comercialização dos produtos advindos da Bolívia. Tal ação, que poderia ser em conjunto com a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), sustentaria, os desdobramentos de uma possível execução de daquele projeto. A Prefeitura, junto às alcaldias bolivianas, criaria um selo certificador de qualidade e que teria o livre trânsito na fronteira garantido. Porém, para que isto ocorra, a PMC precisa assumir-se como tal, responsável direta pela melhoria das condições de vida nesta fronteira.

Terceira, de ordem operacional. Um projeto desta natureza, da mesma forma como quando foi aplicado em Corumbá e Ladário, necessita de articulações entre diversas instituições de ambos os países. As Universidades, os governos federais com seus órgão de fomento e de apoio, as prefeituras e alcaldias, os órgãos de fiscalização e, principalmente, o efetivo envolvimento das comunidades, deverão ser construídas para garantir o seu sucesso. Contudo, reconhecer-se fronteiriço é o primeiro passo para a longevidade de quaisquer iniciativas que se pretendam denominar de ‘fronteira’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa constatou que a produção de hortaliças na Bolívia, sem utilização de técnicas apropriadas, e em propriedade de diferentes tamanhos, acaba por reforçar as disparidades existentes na fronteira daquele país com o Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul. Não foram feitas nenhuma análise química ou microbiana, mas foram identificadas durante as visitas várias fontes de contaminação: qualidade e armazenamento da água utilizada nas plantações; presença de esgoto doméstico próximo à fonte de captação de água para irrigação; colheita e o transporte inadequado das mesmas até os pontos de venda; contaminação por produtos químicos devido ao uso de agrotóxicos em grandes quantidades; acessos de animais domésticos e selvagens ao local de produção; contaminação das hortaliças por fezes de animais e humanas. Tais problemas, que podem ser facilmente encontrados em diversos locais do Brasil, ganham, por serem de origem boliviana, componentes de depreciação do valor da mercadoria, com elevado grau de ocorrência.

As hortas das cidades bolivianas citadas quando comparadas com as hortas urbanas implantadas na cidade de Corumbá, a primeira vista, as características estruturais são as mesmas nos dois países. Contudo, o que diferencia uma das outra é que a horticultura praticada no Brasil, segundo produtores regionais, tem o apoio de técnicas simples especializadas através da Empresa Brasileira de Pecuária e Agricultura (Embrapa Pantanal) e também estão sujeitas a vistorias por parte da Vigilância Sanitária. No que diz respeito ao assessoramento por parte da EMBRAPA, valoriza-se as práticas para obtenção de qualidade, em que são empregadas considerando as condições específicas do local de plantio, a qualidade da semente, o adubo orgânico as caldas caseiras e a rotação de cultura no combate as pragas da horticultura. Ainda, consideram, também, as condições de higiene na horta e em seu entorno para a obtenção de hortaliças de boa qualidade minimizando os riscos para a saúde do consumidor. Este acompanhamento técnico não existe na Bolívia.

O consumo de hortaliças bolivianas na alimentação dos consumidores corumbaense é fato comum, principalmente devido ao preço ser mais acessível que os produtos da horticultura brasileira. Também devemos considerar o fato que os bolivianos são maioria dentre os feirantes, com grande quantidade de hortaliças, adquiridas a preços aviltantes, não deixando margem para o agricultor brasileiro concorrer com os preços praticados pelos bolivianos. Novos estudos sobre as relações comerciais, bem como aqueles que possam trazer

análises laboratoriais das hortaliças, e, ainda, que desvelem aspectos etnográficos da população envolvida no processo de cultivo e de comercialização das hortaliças, poderão colaborar no sentido de reforçar as demandas de integração e de sociabilidade que existem nesta fronteira. Devemos alertar para o cuidado nas análises sobre as complexidades afloradas nas pesquisas sobre a fronteira, uma vez que estudos como o de hortaliças revelam complicadas relações de trabalho, comércio e sociabilidades, incluindo aí o preconceito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Solange. **Quem são nossos novos imigrantes**. Revista Época. São Paulo. Ed. Globo, nº 5321, jul. 2008, pp. 64-67.

BAENINGER, Rosana e PATARRA, Neide Lopes. **Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica** – Brasil no Mercosul. Congresso de Associação Latino Americana de População, ALAP. Minas Gerais, 2004.

BRASIL. Lei federal n. 10.831 de 2003. Ministério do Meio Ambiente. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**.

COSTA, Edgar Aparecido da; SANTOS, Jacinta dos. **Ordenamento Territorial e as faixas de fronteiras: o fim dos territórios rurais como política pública**. Anais. XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo: AGB, 2008.

DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS LOCAIS DE FRONTEIRA: AS DISSIMETRIAS, AS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA E O PAPEL DAS PROXIMIDADES ORGANIZACIONAIS. Claudio Zarate Max. **Revista OIDLES** - Vol 1, nº 5 (diciembre, 2008).

ESPÍNDOLA, C. A; TAMARA, Q.T. **A imigração do turista boliviano em Corumbá** – MS. IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal. Corumbá/MS, 2004.

ITO, Claudemira Azevedo, **O Espaço da Cidade Através do Tempo**, UFMS, 2000

MACHADO, L. **O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?**. In: CASTRO et al. (1996). **Brasil. Questões atuais sobre a reorganização do território**: 15-64.

_____. **LIMITES, FRONTEIRAS, REDES**. In: T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p. 41-49.

MARQUES, Ângela Maria. **Movimentos migratórios fronteiriços: bolivianos e paraguaios em Mato Grosso do Sul**. XXVII Congresso Anual da ILASSA. 2007.

OLIVEIRA, T. C. M. D. **Uma fronteira para o pôr-do-sol**. Campo Grande: editora UFMS, 1998.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (Org). **Território sem limites, estudos sobre fronteiras**. UFMS, 2005.

PAWELS, G. J. **Contribuição para o estudo dos conceitos de limite e fronteira**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: 61-90, 1925.

ROSE, R. **Legislação Ambiental na América Latina**. Disponível em <www.compam.com.br>. Acesso em: 10 out 2009.

SANTOS. Milton. **Território e Cidadania: o espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993, pp. 111-123.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração**. São Paulo, Edusp, 1998.

Seminário de Estudo Fronteiriço, Org. Edgar Aparecido Costa, Marco Aurélio Machado de Oliveira, CPAN/UFMS, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL

Modelo Do Questionário Aplicado Na Bolívia Para O Produtor Nas Hortas.

01 Questionário Por Propriedade.

1) A Propriedade pertence a: -----

Ao produtor

È arrendada

E emprestada

2) Quem trabalha na propriedade?

Família

Empregados

Ambos

3) A produção é:

Orgânica

Química

Ambas

4) usa defensivos químicos?

Sim

Não

5) se usa defensivo ou fertilizante qual o custo de:

Defensivos -----

Fertilizantes -----

6) De aonde vem as sementes?

Da Bolívia

Do Brasil

Se de outro país, qual? -----

7) o que produz?

Alface

Salsa

Cebolinha

Couve

Rúcula

Espinafre

Outros -----

8) vende a produção:

Pessoalmente

Alguém da família sai para vender

Para atravessador

9) Destino da produção:

Consumo interno

Feiras livres de Corumbá

Ambos

Outros especifique _____

10) qual o preço vende o produto:

Alface -----

Cebolinha-----

Couve-----

Espinafre -----

Salsa-----

Rúcula -----

Outros -----especifique-----